



---

## RESOLUÇÃO

---

### **Mais Salário, Recuperação das Carreiras, Suplementos, Condições de Trabalho e Defesa dos Serviços Públicos e do Poder Local Democrático**

Com a nova solução governativa, saída das últimas eleições legislativas, tem sido possível, nos últimos dois anos, travar e iniciar a inversão de um longo ciclo de ataques a direitos e rendimentos de trabalhadores e reformados e pensionistas, agravado como sabemos, pelo último governo PSD/CDS e com a presença da troika no nosso país.

Não é demais salientar a reposição dos cortes salariais, dos feriados roubados, o restabelecimento do horário das 35 horas, o aumento do salário mínimo nacional e das pensões, a eliminação da sobretaxa e do regime de requalificação, o arranque do combate à precariedade, a consolidação da mobilidade inter-carreiras e inter-categorias, a reversão de alguns processos de privatização, o levantamento das restrições à contratação e a suspensão da política de cortes das transferências financeiras para as autarquias locais.

O Orçamento de Estado para 2018, recentemente aprovado, consolida os avanços conseguidos e dá novos passos positivos, só possíveis com a luta desenvolvida pelos trabalhadores, de que são exemplos recentes a Greve Nacional da Administração Pública do passado dia 27 de Outubro e a Manifestação Nacional convocada pela CGTP-IN de 18 de Novembro, mas continua longe de responder à brutal degradação das condições de vida imposta pelo anterior governo PSD/CDS e continua distante do que os problemas do País exigem.

Assim é porque as cedências do governo ao grande capital, quer nas parcerias público-privado, quer na continuação da concessão de benefícios fiscais, quer nos apoios à banca privada, juros da dívida e outros e a submissão ao euro, impedem o reforço do investimento nos serviços públicos e novos e maiores avanços no plano da recuperação e reposição de direitos.

Assim é, porque em matéria de resolução dos problemas estruturais, o que está em causa não são diferenças de ritmo ou intensidade em medidas de reposição de direitos, mas sim as opções de fundo que é preciso fazer para libertar o país daquilo que o amarra e para garantir um futuro de desenvolvimento, progresso e justiça social.

Assim é porque as principais reivindicações dos trabalhadores, nomeadamente da Ad. Pública, continuam sem resposta. Os salários, congelados desde 2009, mantêm-se inalterados. O descongelamento das progressões das carreiras e o seu pagamento efectuado em quatro vezes ao longo dos próximos dois anos (a última parcela apenas será paga em Dezembro de 2019!) é completamente inaceitável! O subsídio de refeição, após o

parco aumento de 2017, não tem qualquer actualização. A taxa para a ADSE, continua a ser paga em 14 vezes, pelo valor mensal de 3,5%.

Nada é dito sobre os suplementos, sendo esclarecedor o chumbo pela bancada parlamentar do PS, com excepção de 18 deputados que se abstiveram, ao lado do PSD, dos Projectos de lei apresentados pelo PCP que previam a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, nem sobre as profissões de desgaste rápido, condições de aposentação ou revogação de matérias negativas como o SIADAP.

A reposição do valor do trabalho extraordinário, de acordo com a Lei de Trabalho em Funções Públicas (Lei nº35/2014) e o Código do Trabalho, fica muito aquém do que seria necessário e justo. O combate à precariedade continua a marcar passo.

A provável fixação do salário mínimo nacional (SMN) abaixo dos 600€ e a revisão da Carreira de Assistente Operacional prevista no OE, mas numa formulação que indicia uma mera renumeração dos respetivos níveis, são medidas que condenamos.

Agravando um caminho aberto por anteriores Orçamentos, a transferência de competências para as autarquias assume agora um peso maior e um carácter de excepcionalidade susceptível de introduzir distorções significativas na realidade da gestão dos trabalhadores das autarquias locais e do próprio paradigma da gestão municipal democrática. O próprio crescimento do volume da participação das autarquias locais nas receitas do OE, ainda assim, abaixo do que determina a lei de finanças locais, poderá revelar-se pouco mais que uma miragem, sendo integralmente consumida pela imposição de novos encargos.

É hoje cada vez mais claro e uma exigência sentida por todos os trabalhadores, não se ficar apenas pela reposição de direitos e rendimentos, mas avançar com o aumento efectivo dos salários dos trabalhadores da Administração Pública e a fixação do salário mínimo nacional em 600 euros a partir de 1 de Janeiro de 2018.

É necessário concretizar os suplementos remuneratórios de insalubridade, penosidade e risco, e de disponibilidade, melhorar as condições de trabalho, valorizar as carreiras profissionais e a contratação colectiva, erradicar a precariedade, revogar o Siadap, repor as condições gerais de aposentação, repudiando o agravamento da idade de aposentação anunciado pelo governo, e eliminar as normas gravosas do Código do Trabalho e da LGTFP.

É preciso reforçar a autonomia do Poder Local, dotá-lo de mais e melhores condições materiais e humanas, valorizar os serviços públicos de águas e resíduos, recuperar os que se encontram privatizados, instituir as Regiões Administrativas permitindo um desenvolvimento coeso e integrado do País e combater a municipalização das funções sociais do Estado, escondida sob a capa da descentralização, processo que põe em causa o acesso universal a direitos estruturantes bem como os direitos de milhares de trabalhadores.

Reafirmando a Carta Reivindicativa para 2018, aprovada no Encontro Nacional, e a luta pela sua concretização, a Direcção Nacional do STAL considera indispensável o reforço da organização e da acção reivindicativa em todos os locais de trabalho, na rua e no plano institucional, e decide, nesse sentido, realizar no primeiro trimestre do próximo ano,

Plenários Inter-Regionais por todo o País e envolvendo todas as Direcções Regionais e mobilizando todos os activistas sindicais eleitos, assumindo como prioridades de debate a avaliação do processo de regularização da precariedade, do descongelamento das progressões, da descentralização, bem como o posicionamento e a disponibilidade do governo em domínios cruciais como as carreiras, suplementos e outras matérias ligadas às condições de trabalho, e em função dessa avaliação, debater o calendário de acção e luta reivindicativas a desenvolver.

A Direcção Nacional

Lisboa, 14 de Dezembro de 2017